EXAME DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS

IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

TC 020 2(0/2000 (ESDÉCIE DECLIDSALA Daguega da Dagaga	daras	30
	ESPÉCIE RECURSAL: Recurso de Reconsi	aeraça	10
ENTIDADE/ÓRGÃO: Prefeitura de DELIBERAÇÃO RECORRIDA:			
-	Acórdão 2335/2012 (peça 8, p. 27-28).		
RECORRENTE: Paulo Rogério Riva COLEGIADO: 2ª Câmara.			
(R001, peça 50). ASSUNTO: Tomada de Contas Especial.			
QUALIFICAÇÃO: Responsável. ITENS RECORRIDOS: 9.2, 9.3 e 9.4.			
EXAME PRELIMINAR		Sim	Não
2.1. HOUVE PERDA DE OBJETO?			X
2.2. SINGULARIDADE: O recorrente está interpondo a espécie de recurso pela			
primeira vez?		X	
		Λ	
2.3. TEMPESTIVIDADE:			
2.3.1. O recurso foi interposto dentro do prazo previsto na Lei Orgânica e no Regimento			
Interno do TCU?		37	
		X	
Data de notificação da deliberação: 11/5/2012 (peça 49, p.2).			
Data de protocolização do recurso: 23/5/2012 (peça 50, p.1).			
2.3.2. O exame da tempestividade restou prejudicado por falta do ciente do recorrente			X
ou por ausência da data de protocolização do recurso?			71
2.3.3. Em sendo intempestivo, houve superveniência de fatos novos?		N/a	
2.4. LEGITIMIDADE:			
2.4.1. O recorrente é parte legítima para interpor o recurso?		X	
Justificativa: Trata-se de recurso interposto por responsável já arrolado nos autos, nos termos do art. 144, §1°, do RI-TCU.			
2.4.2. Em caso de representação processual, foi apresentada regular procuração? (peça 9, p.14)		X	
2.5. INTERESSE: Houve sucumbência da parte?		X	
2.6. ADEQUAÇÃO: O recurso indicado pelo recorrente é o adequado para impugna			
decisão recorrida?		X	

CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO PRELIMINAR

Em virtude do exposto, propõe-se:

- **3.1.** conhecer do **Recurso de Reconsideração**, nos termos dos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, suspendendo-se os efeitos dos itens **9.2, 9.3 e 9.4** do acórdão recorrido, com fulcro no art. 285, *caput*, do RI/TCU, e art. 48, § 2°, da Resolução-TCU 191/2006;
- **3.2.** encaminhar os autos ao gabinete do relator sorteado para apreciação da admissibilidade do presente recurso, nos termos do *caput* dos artigos 48 e 50 da Resolução/TCU 191/2006, com redação dada, respectivamente, pelos artigos 40 e 41 da Resolução/TCU 233/2010 e Portaria/Serur 2/2009.